



Senado aprova novas regras de repasse para educação infantil

Segue para a sanção presidencial medida que objetiva estimular a oferta, pelos municípios, de vagas em creches para famílias de baixa renda

A medida provisória que objetiva estimular a ampliação do número de vagas em creches públicas foi aprovada ontem no Plenário e segue para sanção presidencial. Pelo texto acatado, do relator, Cristovam Buarque, a transferência de recursos será realizada com base na quantidade de matrículas, em creches, de crianças de zero a 4 anos cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada. Também foram incluídas entre os beneficiários as crianças com deficiência nessa faixa etária. **5**



Ano Volpe/Agência Senado

Oposição criticou condicionantes que podem vetar novos recursos a pequenos municípios, mas outros senadores destacaram que medida estimulará matrículas

Medida provisória que recria Ministério da Cultura vai para sanção presidencial

Foi aprovada pelo Senado a medida provisória que desfaz a incorporação do Ministério da Cultura ao Ministério da Educação. A unificação havia

sido feita por Michel Temer logo após assumir a Presidência interinamente. Ele voltou atrás após protestos de artistas e políticos. **3**

Plenário confirma créditos para eleição e discute reforma política

Os senadores aprovaram ontem medida provisória que liberou R\$ 150 milhões para as eleições municipais deste ano. Também finalizaram a terceira sessão de discussão sobre

duas PECs que fazem reforma política. Entre as ações, estão a extinção das coligações nas eleições proporcionais e a criação de cláusula de barreira para os partidos políticos. **3**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Dinheiro extra vai custear ações como o deslocamento de urnas eletrônicas

Convalidação de atos do Tocantins é discutida **3**

Inaugurado voto pelo sistema biométrico **5**

Renan: reforma é para garantir aposentadoria **6**



Trabalho de prefeitos afeta diretamente cotidiano do cidadão

Cabe a prefeitos e vereadores, que serão eleitos no próximo dia 2 de outubro, garantir a prestação de vários serviços públicos,

como creches e escolas de ensino fundamental, postos de saúde, saneamento básico, transporte e limpeza pública. **8**



Ivo Gonçalves/Prefeitura de Porto Alegre

Entre as obrigações da prefeitura, estão limpeza e pavimentação de ruas

Projetos buscam reduzir acidentes de trânsito

Entre as propostas em análise no Senado, está uma que concede benefícios tributários na importação e na venda de capacetes, de modo a deixar o equipamento de segurança mais barato para os motociclistas. Esta é a Semana Nacional de Trânsito. **7**



Reprodução

Encartado nesta edição novo número da revista *Em Discussão!*

Comissão de Obras Inacabadas deve ser instalada logo **5**

Especialistas debatem violência contra mulher **6**

Fim da vinculação salarial está na pauta da CCJ **4**

Texto beneficia municípios que têm hidrelétrica **6**



Área de reserva legal em Iporanga (SP): objetivo do cadastro é criar base de dados para orientar políticas ambientais

Nova lei amplia prazo do Cadastro Ambiental Rural

Produtores terão até dezembro de 2017 para registrar suas propriedades e aderir ao Programa de Regularização Ambiental. Estimativa do Executivo é que 1 milhão de proprietários serão beneficiados

O PRAZO PARA produtores rurais registrarem suas propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) foi prorrogado pela Lei 13.335/2016, sancionada e publicada na quinta-feira no *Diário Oficial da União*.

A lei tem origem na Medida Provisória 724/2016, aprovado pelo Senado em agosto.

O prazo original para o cadastro acabava em maio de 2017 e foi estendido para dezembro de 2017. A prorrogação poderá ir até dezembro de 2018 a critério do Poder Executivo.

A prorrogação vale para propriedades de qualquer tamanho. Originalmente a medida estendia o prazo apenas para os pequenos produtores rurais e agricultores familiares, com até quatro módulos fiscais, cuja área varia de 5 a 110 hectares, a depender da região.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, os pequenos produtores são os que têm mais dificuldades em fazer o cadastramento.

A estimativa do governo é que a nova lei assegurará a mais de 1 milhão de proprietários e posseiros os benefícios previstos no Código Florestal (Lei 12.651/2012).

O Congresso estendeu também o prazo para que as instituições financeiras concedam crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, aos proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no cadastro.

Registro eletrônico

O Cadastro Ambiental Rural é um registro eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais no qual o proprietário ou posseiro informa a situação ambiental do imóvel, como existência de área remanescente de vegetação nativa e de área

de uso restrito ou protegida. O objetivo é criar uma base de dados para orientar as políticas ambientais.

De acordo com o Código Florestal, a partir de maio de 2017, os bancos só poderão conceder crédito agrícola, independentemente da modalidade (custeio, investimento e comercialização), para proprietários e posseiros de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR.

Já o Programa de Regularização Ambiental é voltado para a recuperação de áreas degradadas nas propriedades rurais. O produtor que aderir ao programa deve apresentar uma proposta de recuperação da área, que será aprovada e fiscalizada pelo órgão ambiental local. Durante o período de implantação das ações, o produtor não poderá ser punido por infrações ambientais cometidas antes de 22 de julho de 2008.

(Com Agência Câmara)

Ministérios ganham recursos financeiros extras

Foram publicadas no *Diário Oficial da União* da quinta-feira duas novas leis que abrem crédito especial para diversos ministérios.

A Lei 13.337/2016, resultante do Projeto de Lei do Congresso (PLN) 11/2016, abre crédito de R\$ 10,5 milhões

para sete ministérios: Saúde, Educação, Cultura, Integração Nacional, Justiça, Cidades e Desenvolvimento Social.

As ações serão financiadas pelos seguintes fundos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fundo Nacional Antidrogas,

Fundo Nacional de Saúde, Fundo Nacional de Cultura, Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo Nacional de Assistência Social.

Já a Lei 13.336/2016, que teve origem no PLN 10/2016, remaneja recursos orçamentários no valor de R\$ 28 milhões em favor da Justiça do Trabalho e dos seguintes ministérios: Agricultura, Saúde, Educação, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Cidades, Esporte, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

Os dois projetos de lei recém-publicados foram aprovados pelo Plenário do Congresso Nacional em 23 de agosto.



Créditos extraordinários para 11 ministérios somam quase R\$ 39 milhões

Escola do Senado participa de evento internacional de educação a distância

A escola de governo do Senado, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), está participando do 22º Congresso Internacional de Educação a Distância, que começou ontem em Águas de Lindoia (SP).

A expectativa é que 2,5 mil pessoas participem até sexta-feira do evento, promovido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed).

Na abertura, o diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, destacou a complexidade do ensino a distância (EAD).

— Para falar de qualidade em EAD, é preciso falar de políticas públicas e de ações de governo que estabeleçam metas e condições apropriadas para atingir essas metas.

O ILB oferece 24 cursos a distância, com ou sem tutoria. Ana Alba Mafra, da Coordenação de Ensino a Distância do ILB, disse que, em pesquisa sobre a qualidade dos cursos, foi constatado que 97% dos alunos estão plenamente satisfeitos com o conteúdo e a didática.

O diretor-executivo-adjunto do ILB, Paulo Viegas, destacou que mais de 60% dos alunos que fazem um curso interessam-se por novas disciplinas.

Hoje a coordenadora de Capacitação, Treinamento e Ensino do ILB, Simone Dourado, vai expor os desafios da escola de governo do Senado para se adaptar às demandas legais da atualidade.

Elmano pede ajuda para fundação na Serra da Capivara

Elmano Férrer (PTB-PI) defendeu que a Petrobras retome o patrocínio da Fundação Museu do Homem Americano, na Serra da Capivara, no Piauí.

A entidade é responsável por pesquisas e pela manutenção de pinturas rupestres localizadas no Parque Nacional da Serra da Capivara que indicam que a chegada do homem no continente americano se deu há 58 mil anos, e não há 13 mil anos, como indicam estudos feitos em outros países.

— A Unesco, em 1991, reconheceu aquele parque, pela importância e pelos estudos científicos da área da paleontologia, como integrante do mapa do patrimônio mundial.

Pastor Valadares destaca valor da família na educação

Em seu primeiro discurso no Senado, Pastor Valadares (PDT-RO) advertiu que, sozinha, a educação pública não resolverá os problemas do país. Ele disse que a família deve ser valorizada na formação das crianças e jovens, fortalecendo a sociedade.

O senador lembrou que, pelo Plano Nacional de Educação, o Brasil tem até 2024 para que pelo menos 33% dos jovens de 18 a 24 anos estejam matriculados no ensino superior e que 85% dos jovens de 15 a 17 anos estejam no ensino médio.

— A escola consegue transmitir conhecimento. O caráter deve ser formado no âmbito familiar. Temos que continuar aprimorando o processo educacional, mas considerando a participação da família.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Pauta trancada

10h30 A MP 731/2016, que extingue cargos em comissão e cria funções de confiança, é uma das quatro que trancam a pauta.

PRESIDÊNCIA Vetos

10h30 Renan Calheiros preside ordem do dia. Às 11h, assinatura de parceria da Caixa Econômica com Botafogo e Fluminense. Após, sessão do Congresso Nacional.

CONGRESSO Vetos

11h Sessão para apreciar vetos presidenciais, destaques ao projeto da LDO e projetos de crédito extraordinário.

OBSERVATÓRIO DA MULHER Violência

14h30 Primeiro encontro do grupo criado pelo Senado discute prevenção da violência contra a mulher e fatores que agravam a vulnerabilidade feminina.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Marcos Oliveira/Agência Senado

Genildo Menezes/Agência Senado



Fabricação e deslocamento de urnas eletrônicas estão entre as ações que podem ser custeadas pelos recursos extras

Aprovados R\$ 150 milhões para as eleições municipais

Medida provisória que liberou crédito extraordinário para a Justiça Eleitoral custear despesas com o pleito de outubro passou ontem pelo Plenário do Senado. Texto agora segue para promulgação

OS SENADORES APROVARAM ontem a medida provisória que liberou crédito extraordinário de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral. O dinheiro vai complementar os recursos existentes no Orçamento federal para as eleições municipais deste ano. A MP 730/2016 foi analisada na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e agora segue para promulgação.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que a maior parte do dinheiro será destinada aos tribunais regionais eleitorais (TRES) para a alimentação dos mesários e demais despesas de custeio do pleito.

Os recursos também vão cobrir as despesas das Forças Armadas com apoio logístico e segurança durante as eleições, fabricação e deslocamento de urnas eletrônicas e compra de antenas para a transmissão de dados.

Ana Amélia defende reduzir número de partidos políticos

A redução do número de partidos no Congresso, proposta aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi defendida por Ana Amélia (PP-RS). Para ela, o excesso de partidos prejudica a governabilidade, e a proposta, que prevê o fim das coligações e a exigência para que os partidos tenham votação eleitoral mínima para funcionarem, é o caminho para a moralizar o sistema partidário, assim como a realização de eleições gerais em data única.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ferraço justifica proposta que muda regras eleitorais

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) justificou ontem a proposta com mudanças nas regras eleitorais (PEC 36/2016), de iniciativa dele com Aécio Neves (PSDB-MG). O texto reforça a fidelidade partidária de políticos eleitos, estabelece cláusula de barreira para os partidos obterem cadeiras no Parlamento e acaba com as coligações.

—Não podemos manter essa marcha da insensatez em torno do sistema político partidário. Vamos enfrentar esse debate para que ele possa produzir um sistema que, efetivamente, represente os elevados interesses da sociedade.

PECs de reforma política cumprem mais uma sessão de discussão em Plenário

Passou pela terceira sessão de discussão, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016, que reforça a exigência de fidelidade partidária de políticos eleitos e extingue as coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer cláusula de barreira para os partidos políticos.

Por acordo de líderes, a proposta está sendo discutida de forma conjunta com a PEC 113-A/2015, que também trata de questões relacionadas ao sistema político e eleitoral.

A PEC 36/2016 é de iniciativa dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que sustentam ser necessária uma revisão das regras eleitorais. Segundo eles, mexer nesses pontos pode corrigir muitas



Jefferson Rudy/Agência Senado

Autor de uma das PECs, Ferraço propõe revisão de regras eleitorais

distorções do sistema. A PEC 113-A/2015 é de iniciativa da Câmara dos Deputados.

São necessárias cinco sessões de discussão antes que a proposta possa ser votada em primeiro turno. Antes da votação final, haverá mais um turno de discussão, com três sessões. Em cada turno de votação, o texto precisará de pelo menos 49 votos favoráveis para ser aprovado.

Para Dário Berger, país precisa de mudanças urgentes

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu ontem reformas trabalhista, previdenciária, administrativa e política. Essas reformas são necessárias para permitir que o país possa avançar, avaliou.

Ele argumentou que a reforma previdenciária é fundamental para o combate ao déficit fiscal. Já a reforma das leis trabalhistas deveria desonerar os encargos que incidem sobre os salários. Em sua avaliação, isso permitiria que as empresas contratassem mais empregados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Recriação do Ministério da Cultura segue para sanção presidencial

O Senado aprovou ontem a medida provisória que recria o Ministério da Cultura. A MP 728/2016 desfaz uma das primeiras medidas do presidente Michel Temer, ainda no período da interinidade, que foi a incorporação do Ministério da Cultura ao da Educação. Após a reação de artistas e políticos, Temer voltou atrás. A MP agora vai para a sanção presidencial.

Além de restabelecer o Ministério da Cultura, o projeto cria a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a da Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, ambas no Ministério da Justiça.

Segundo a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), líder do governo no Congresso, a reorganização vai aprimorar a gestão federal e colaborar para atender as necessidades do país. Em relação ao Ministério da Cultura, ela enalteceu o papel da sociedade civil no debate do tema:

—A recriação do ministério é um atendimento à sociedade cultural como um todo. Houve essa reivindicação e o governo se posicionou favoravelmente.

A medida provisória teve como relatora a deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP) e como relator-revisor o senador Eduardo Amorim

(PSC-SE). A comissão mista que analisou a medida provisória foi presidida pelo senador Dário Berger (PMDB-SC).

Por solicitação do senador Humberto Costa (PT-PE), o Plenário votou separadamente uma emenda que havia sido rejeitada pela comissão mista. Da deputada Erika Kokay (PT-DF), a emenda recriaria o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que foi dissolvido em secretarias especiais incorporadas ao Ministério da Justiça. A sugestão foi rejeitada.

Humberto argumentou que o Ministério da Justiça não teria condições de gerir as políticas públicas destinadas a esses grupos sociais, uma vez que é comandado por “pessoas de perfil autoritário”.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que a criação de secretarias dentro de uma estrutura ministerial já existente contribui para um Estado “eficiente, focado e forte na sua autoridade”. Para Aloysio, o PT criava ministérios para “abrigar apaniguados”. Ele citou dados orçamentários de 2015 para mostrar que Dilma Rousseff cortou verbas de programas de assistência a mulheres, jovens, pessoas com deficiência e minorias raciais.



José Cruz/Agência Senado

Depois de ter sido fundido ao MEC, Ministério da Cultura foi recriado

Plenário discute convalidar atos administrativos do Tocantins

O Plenário realizou ontem a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2015, de Vicentinho Alves (PR-TO). A proposta convalida atos administrativos do estado do Tocantins. A PEC aguarda agora a última sessão de discussão antes da votação em primeiro turno.

A PEC modifica a Constituição para dispor sobre a convalidação de atos administrativos do Tocantins, durante a sua criação. Segundo o autor da proposta, como Tocantins foi criado pela

Constituição em 1988, vários atos administrativos entre 1989 e 1994 precisam agora ser convalidados para que, por exemplo, aposentadorias possam ser autorizadas.

Atos administrativos são as manifestações unilaterais de vontade da administração pública, que adquirem, resguardam, transferem, modificam ou extinguem direitos. São todas as decisões do Estado que não sejam leis. Alguns exemplos de atos administrativos são os decretos, as portarias, as certidões de registro civil e as multas de trânsito.

Fim de vinculação salarial está na pauta da CCJ

Proposta acaba com o “efeito cascata”, eliminando a vinculação automática dos salários recebidos por servidores, parlamentares e ministros dos tribunais superiores

ESTÁ NA PAUTA da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda à Constituição que impede o “efeito cascata” no reajuste salarial de agentes públicos.

A PEC 62/2015 voltou à pauta após negociação entre o relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e o líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), na semana passada. A votação ainda não tem data marcada para acontecer.

De autoria da senadora Gleisi Hoffmann (PT-RR), o texto altera a Constituição, acabando com a vinculação automática dos salários recebidos por servidores, parlamentares e ministros de tribunais superiores à remuneração de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O texto tem parecer favorável do relator.

Depois de passar pela CCJ, a proposta segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Gleisi explicou, na justificativa à PEC, que a Constituição dispõe sobre os subsídios dos membros dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, prevendo em vários casos um limite para os valores recebidos por determinados agentes públicos.

“Ocorre que, na prática, os órgãos legislativos têm aprovado regras que promovem uma vinculação remuneratória automática com o plano federal, trazendo em consequência um efeito cascata.



Para Gleisi Hoffmann, ao lado de Randolfe Rodrigues (C) e Sérgio Petecão, a vinculação é contrária ao interesse público

Tal aumento é contrário ao interesse público e pode gerar prejuízos às finanças do ente federativo, que fica privado de decidir sobre o momento mais adequado de conceder o aumento a seus agentes públicos”, argumentou Gleisi Hoffmann.

Emendas

Até agora, 11 emendas foram apresentadas pelos senadores na CCJ. Apenas duas delas, uma de Roberto Rocha (PSB-MA) e outra de Ronaldo Caiado (DEM-GO), foram acatadas pelo relator. Randolfe já rejeitou quatro emendas e ainda precisa se manifestar sobre outras cinco.

A mudança sugerida por Roberto Rocha inspirou subemenda do relator, que assegura a isonomia entre os reajustes dos subsídios do Ministério Público da União,

da Defensoria Pública da União e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Já a emenda de Caiado elimina a exigência, contida na PEC 62/2015, de aprovação de lei específica para fixação dos subsídios dos deputados federais e senadores, do presidente e vice-presidente da República e dos ministros.

O argumento é de que essa atribuição está inserida entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, podendo ser exercida, portanto, por meio da edição de decreto legislativo.

TCU

O relator fez outra mudança importante. Randolfe apresentou emenda restabelecendo a equiparação de vencimentos e vantagens entre ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e do

Superior Tribunal de Justiça (STJ). A proposta de Gleisi suprimia a isonomia entre essas duas categorias.

Na mesma emenda, Randolfe também procurou regular a questão dos subsídios dos ministros do TCU. O relator determinou que a remuneração será fixada por ato normativo, e não por lei específica, como prevê a PEC 62/2015, e corresponderá a 95% do subsídio mensal dos ministros do STF.

Independência

O teor da emenda de Randolfe é similar ao da elaborada por Aloysio, ainda sem parecer do relator. O líder do governo no Senado resgatou a equiparação de subsídio e vantagens entre os ministros do TCU e do STJ.

Segundo Aloysio, o objetivo da emenda “é assegurar

à Corte de Contas e a seus membros a autonomia e independência técnica e política de que devem gozar, sobretudo pelo fato de o TCU ser o órgão de fiscalização dos demais Poderes.”

Randolfe ainda precisa opinar sobre emenda do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que não só estende o alcance do dispositivo que regula o subsídio dos ministros dos tribunais superiores aos membros da Advocacia Pública, como também elimina a menção à proibição de vinculação remuneratória automática.

Delegado federal

Outra emenda, de Vicentinho Alves (PR-TO), insere a carreira de delegado da Polícia Federal entre as que exercem funções essenciais à Justiça (magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública) e são cobertas pelo dispositivo que dispõe sobre o subsídio nos tribunais superiores.

Já o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou emenda para determinar que os subsídios de detentor de mandato eletivo e dos secretários estaduais e municipais só poderão ser fixados, reajustados ou modificados por lei específica.

Por fim, o ex-senador Douglas Cintra sugeriu emenda para atrelar a remuneração do último nível da carreira de servidor fiscal federal a 95% do subsídio mensal dos ministros do STF.

Humberto critica denúncia do Ministério Público contra Lula

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), criticou em Plenário o que chamou de “espetáculo midiático” protagonizado na semana passada pelo coordenador da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal, Deltan Dallagnol, ao apresentar a denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Segundo o senador, não havia nenhuma prova contra Lula, mas apenas a vontade do procurador de denunciá-lo:

— Não se conclui nada em definitivo. Tudo é na base da suspeição. Mas quem precisa de conclusões peremptórias quando o que se quer é acusar, independentemente de provas? — questionou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Procuradores não apresentaram prova de crimes, afirma Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) se solidarizou em Plenário com o ex-presidente Lula, denunciado pelo Ministério Público Federal por crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Na opinião dela, os procuradores não apresentaram provas da prática dos crimes.

Para a senadora, essa é mais uma tentativa de criminalizar os governos do PT. A primeira, disse, foi o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, afastada sem praticar crime.

— A perseguição ao presidente Lula, no fundo, parte do medo daqueles que tomaram o poder pela via do assalto, do pavor que eles têm de serem derrotados pela quinta vez, como serão, com a candidatura do presidente Lula em 2018.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Vanessa, ação evidencia tentativa de frear a Lava Jato

A denúncia do Ministério Público contra Lula é parcial, porque está cheia de ilações e suposições, sem prova, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Por isso, afirmou, a denúncia é criticada não só por defensores, mas também por adversários do ex-presidente.

Vanessa destacou um artigo do professor Marcos Nobre, da Unicamp, para quem a denúncia apequena a Lava Jato e está em consonância com o projeto do governo de Michel Temer de limitar o círculo de atingidos pelas investigações.

— Isso é sinalização clara de quem quer estancar a Lava Jato. Aliás, Romero Jucá [PMDB-RR] disse isso: que a forma mais eficiente de estancar a Lava Jato seria retirar Dilma do poder.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi diz que acusação contra ex-presidente é “atentado à dignidade”

Gleisi Hoffmann (PT-PR) classificou de violência a denúncia do Ministério Público contra o ex-presidente Lula, que foi acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ela disse que a denúncia foi, na verdade, um “ato de condenação”, feito de forma cinematográfica, e o resultado é que “o Brasil e o mundo ficaram impactados” com o discurso político, a acusação, a condenação e a punição pública do ex-presidente feitos pelo procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato.

Só quem gostou disso, afirmou ela, foram os que são contra o PT e Lula.

— Os que acreditam no Estado de direito ficaram estarecidos diante do comportamento do Ministério Público Federal, coisa não vista em nenhum momento da nossa história.

José Aníbal: PT é o responsável por crise no mercado de trabalho

José Aníbal (PSDB-SP) divulgou carta do Instituto Teotônio Vilela que afirma que o modelo econômico petista causou deterioração inédita no mercado de trabalho brasileiro. Segundo a carta, o número de postos de trabalho com carteira assinada caiu 3% em 2015. O documento sustenta que a economia brasileira se transformou numa “máquina de destruir empregos” e precisa, urgentemente, voltar a ser geradora.

— Todo mundo sabe que foram pilhadas as empresas públicas. Os fundos de pensão, os bancos públicos foram muito penalizados e as contas públicas estão totalmente deterioradas. Isso tem maestro, sim, tem responsável, é o senhor Lula da Silva — atestou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aprovada mudança no repasse para educação

Medida determina que a transferência de recursos para o ensino infantil nos municípios e no DF será baseada na quantidade de matrículas de crianças nas creches públicas

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória que estimula a ampliação do número de vagas em creches para crianças de até 4 anos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). A MP 729/2016 mudou as regras de transferência de recursos financeiros da União para complementar o apoio à educação infantil nos municípios e no Distrito Federal.

O texto aprovado, e que agora segue para sanção presidencial, é o do projeto de lei de conversão de Cristovam Buarque (PPS-DF), que relatou a proposta na comissão mista da MP. Segundo o texto do PLV 26/2016, a transferência de recursos será realizada com base na quantidade de matrículas de crianças de zero a 4 anos cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Bolsa Família ou do BPC. Cristovam incluiu no rol dos beneficiários as crianças com deficiência nessa faixa etária. As crianças que se encaixarem em mais de um critério serão contabilizadas apenas uma vez.

O texto altera a Lei 12.722/2012, que criou o repasse suplementar com base apenas no número de matrículas de crianças de famílias beneficiárias do Bolsa Família. A medida estabelece que o valor referente à transferência de recursos será definido em ato conjunto dos ministros do Desenvolvimento Social e Agrário e da Educação. Ato desses ministros também definirá qual a meta numérica anual de crianças



Jonas Pereira/Agência Senado

Para receber repasses para a educação infantil, prefeituras deverão oferecer mais vagas em creches

a serem matriculadas em creches, de forma a atingir a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). A Meta 1 prevê a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e a ampliação, até 2024, da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

Repasse suplementar

O texto aprovado também estabelece que o município que cumprir a meta anual terá direito a apoio financeiro suplementar de pelo menos 50% do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para educação infan-

til. Caso a meta não seja cumprida, o repasse cai para, no mínimo, 25% do valor anual mínimo por aluno. Essas regras valerão a partir de 2018.

A MP originalmente estabelecia “até 25%” e “até 50%”, mas o relator acatou uma série de emendas e modificou o texto para que esses passem a ser os valores mínimos a serem transferidos em cada circunstância. O repasse complementar ocorrerá com o desconto dos valores normais já transferidos e não utilizados pelos municípios até o mês anterior ao desse repasse. Não entrarão nesse desconto os valores suplementares repassados antes.

Para 2016 e 2017 há uma regra de transição, devido ao fato de não ser

possível divulgar as metas numéricas, por falta de dados consolidados. Nesses dois anos, o repasse adicional será de pelo menos 50% do valor mínimo anual por aluno para os municípios que tenham matriculado ao menos uma criança a mais que no ano anterior ou que tenham número de vagas 35% maior.

Um novo caso nessa transição foi incluído pelo relator, beneficiando municípios com população de até 20 mil habitantes e que tenham assinado termo de compromisso junto ao Ministério da Educação para o cumprimento da meta do PNE.

Críticas

Senadores da oposição criticaram as condicionantes que podem impedir os novos recursos a pequenos municípios que não atingirem a meta de matrículas de crianças. Cristovam argumentou que mudou o texto, estabelecendo o repasse mínimo de 50%. Ainda assim, José Pimentel (PT-CE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fátima Bezerra (PT-RN) e Humberto Costa (PT-PE) tentaram alterar a proposta por meio de destaques, porém os requerimentos foram rejeitados pelo Plenário.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e outros senadores responderam que os prefeitos terão de mostrar empenho na matrícula de mais crianças na educação básica para receberem mais recursos, e que isso os estimulará a ampliar o atendimento em creches.

Líderes indicarão senadores para Comissão de Obras Inacabadas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu ontem que os líderes partidários indiquem os senadores de cada bancada que participarão da Comissão Especial de Obras Inacabadas. A criação da comissão foi aprovada em agosto

para acompanhar e fiscalizar as obras paralisadas no Brasil.

A solicitação de Renan foi motivada por uma questão de ordem do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que cobrou a formação da comissão.

— Talvez pelo momento

que estamos atravessando, o momento eleitoral, lamentavelmente nenhum líder indicou membros nem suplentes — defendeu o senador.

Ataídes acrescentou que o país tem hoje 22 mil obras paralisadas e que o presidente

Michel Temer já determinou o reinício de 1.519 delas, o que, segundo ele, colocou no mercado R\$2 bilhões, incentivando emprego e renda.

Renan afirmou que conversou com Temer:

— Já fiz pelo menos três reu-

niões com o presidente e ele vai promover o levantamento de todas as obras paralisadas. Ele já especificou critérios e reservou recursos para que as obras sejam retomadas. Isso vai acabar com o desperdício e criar emprego e renda.

Senadores marcam presença com uso de senha biométrica

A marcação digital pelos senadores passou a substituir a senha numérica para registrar presença em reuniões de comissões e nas sessões em Plenário, assim como para as votações na Casa. A novidade teve início ontem, como anunciou o presidente do Senado.

— A partir de agora, se o senador desejar, ele pode registrar sua presença tanto aqui, no Plenário, quanto nas comissões. Significa que nós estamos avançando, sem dúvida nenhuma — afirmou Renan Calheiros.

Com a mudança, os senadores não

precisam mais digitar a sequência de sete números — formada por um código público (com três dígitos) e sua senha pessoal (com quatro dígitos). Basta teclar o código público e registrar a impressão digital para que possam ser identificados.

O padrão adotado pelo Senado é o mesmo utilizado na Câmara. Segundo um dos responsáveis pela implantação do sistema no Senado, Sergio Bonifácio, da Coordenação do Sistema de Votações Eletrônicas (Cosve), a ideia é de que, no futuro, as duas Casas compartilhem os cadastros dos parlamentares.

—As mudanças na autenticação em termo de segurança são um pulo gigantesco. A senha numérica não trazia a mesma segurança, já a biometria é um grande ganho — afirmou Sérgio.

Outra novidade é que ao autenticarem sua presença em comissões, os senadores terão a presença registrada automaticamente no painel do Plenário.

Simone cita exemplo de superação dos atletas na Paralimpíada do Rio

Simone Tebet (PMDB-MS) destacou o exemplo de superação dos atletas que participaram da Paralimpíada do Rio de Janeiro, encerrada no domingo. Apesar do pessimismo da mídia, a competição foi um sucesso, afirmou a senadora.

Ela parabenizou os atletas paralímpicos brasileiros, que conquistaram 72 medalhas: 14 de ouro, 29 de prata e 29 de bronze. Duas medalhas de ouro foram conquistadas por atletas nascidos em Três Lagoas (MS).

Simone disse que agora é a hora de o Congresso dar a sua contribuição a esses atletas, com a análise de projetos que beneficiem as pessoas com deficiência, como os de melhoria da mobilidade urbana.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Wolhemir Borreto/Agência Senado

A sessão do Plenário de ontem foi a primeira com a presença e a votação por marcação digital

Cidades poderão ter maior compensação por usinas

Projeto na pauta da Comissão de Constituição e Justiça aumenta de 45% para 65% percentual repassado aos municípios como compensação financeira por instalação de hidrelétricas. Repasse a estados diminui

PROJETO DE LEI da Câmara que altera a distribuição da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos entre União, estados e municípios está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLC 315/2009) recebeu parecer favorável do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

A compensação é repassada mensalmente a 21 estados e ao Distrito Federal e a cerca de 700 municípios. Em 2013, foi transferido cerca de R\$ 1,27 bilhão. A Lei 8.001/1990 define os seguintes percentuais de distribuição da compensação: 45% para os estados, 45% para os municípios e 10% para a União, sendo 3% para o Ministério de Meio Ambiente, 3% para o Ministério de Minas e Energia e 4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O projeto reduz o percentual de repasse para os estados (de 45% para 25%) e o transfere aos municípios, que passariam de 45% para 65%.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Ferraço endossou os argumentos apre-

sentados a favor do texto. Ele concorda com o reforço aos cofres municipais, afirmando, em seu parecer, que os municípios são os entes federativos que mais sofrem com os impactos das hidrelétricas e que, apesar disso, têm menos alternativas econômicas para contornar os prejuízos e fazer frente às enormes pressões sociais. “Os alagamentos provocados pelas usinas acarretam estagnação do crescimento dos municípios, além de fazer cair a empregabilidade”, pondera.

Mineração

Outro argumento em favor dessa redistribuição do com-

pensação financeira é o fato de o percentual proposto para os municípios ser idêntico ao já fixado pela exploração de recursos minerais: 23% para estados, 65% para municípios e 12% para a União.

“Se na mineração os municípios recebem 65% do total da compensação, não há por que não aplicar percentual semelhante à exploração de recursos hídricos”, opina o senador.

Depois da CCJ, o projeto será analisado pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Infraestrutura (CI), cabendo a esta a votação final.



Hidrelétricas, como a de Três Marias (MG), impactam as cidades, destaca relator



Para Renan, mudança no sistema é necessária, mas precisa ter transição

Reforma da Previdência não deve revogar direitos, defende Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que reformar a Previdência é uma necessidade para garantir as aposentadorias no futuro. Ele lembrou que o déficit, que já é grande, tem crescido em função da crise econômica, da recessão e do desemprego, que têm provocado a queda da receita. Apesar da constatação, Renan defende uma reforma que possa ser assimilada e compreendida pela população:

— A reforma da Previdência vai produzir resultados em médio e longo prazos. Nós precisamos ter uma proposta criativa, que não revogue direitos, que tenha uma transição e que ao mesmo tempo acene ao futuro do Brasil.

Renan alertou para a importância de o governo federal propor reformas estruturantes com prioridades

claras. Além disso, ponderou que as propostas não devem chegar ao Congresso ao mesmo tempo para evitar que não sejam votadas, “o que será muito ruim para o Brasil”.

Ainda sobre reformas, Renan disse que a proposta de emenda à Constituição que limita o teto dos gastos públicos é um aceno que o país dá em relação à estabilidade fiscal, além de devolver confiança aos agentes econômicos. A PEC 241/2016 está em análise na Câmara dos Deputados e a expectativa do presidente daquela Casa, Rodrigo Maia, é que seja aprovada até a primeira semana de novembro. Se confirmado, Renan acredita que a análise no Senado será rápida:

— Faremos todos os esforços para que seja rapidamente apreciada aqui no Senado.

Observatório da Violência contra a Mulher promove hoje 1º encontro com especialistas

Estratégias inovadoras de prevenção à violência contra a mulher em países de baixa e média renda, fatores de risco que agravam a vulnerabilidade feminina e a percepção da população em relação às mulheres vítimas de violência sexual estão entre os temas que o Observatório da Mulher contra a Violência deve abordar em seu primeiro encontro com especialistas, hoje, às 14h30.

Foram convidados a coordenadora de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Olaya Hanashiro; a pesquisadora Marina Pinheiro; a representante da Open Society Foundations, Manoela Miklos; o diretor-executivo do Instituto Avon, Lírio Cipriani; a professora Fiona Macaulay, da Univer-

sidade de Bradford, no Reino Unido; e o coordenador do Instituto DataSenado, Marcos Ruben de Oliveira. O cidadão poderá encaminhar perguntas.

Este é o primeiro de uma série de encontros que o observatório pretende fazer para discutir a violência contra a mulher no Brasil, buscando subsidiar o processo legislativo de dados que possibilitem entender essa realidade.

O observatório foi criado no Senado por iniciativa de Simone Tebet (PMDB-MS) para reunir informações sobre violência contra a mulher em um único banco de dados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Reguffe: governo do DF precisa fazer campanha pela economia de água

Reguffe (sem partido-DF) cobrou do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, uma campanha de conscientização para o risco da falta de água na região. Ele também pediu que o governo informe à população que, no DF, quem economiza água tem desconto na conta.

O senador é autor do projeto que originou a lei, quando era deputado distrital. Reguffe criticou o fato de até hoje, em plena crise de água, nenhum governo ter feito campanha sobre a lei que beneficia quem economiza água.

Lasier pede pressa na votação de mais R\$ 702,5 mi para o Fies

Lasier Martins (PDT-RS) pediu ontem pressa ao Congresso para aprovar o projeto (PLN 8/2016) que autoriza crédito de R\$ 702,5 milhões para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

O senador explicou que a demora para liberação do Fies está atormentando milhares de estudantes. Somente no Rio Grande do Sul, o atraso em repasses do Fies já ameaça a matrícula de 45 mil alunos. O assunto, acrescentou, atende a causa da educação no país e é suprapartidário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores querem reduzir acidentes de trânsito

Entre as propostas em análise no Senado, está uma que prevê isenção tributária para capacetes, de modo a baratear equipamento de proteção

OS SENADORES APRESENTARAM nos últimos meses várias propostas de mudança do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) com a intenção de aumentar a segurança de condutores e pedestres. A preocupação dos parlamentares se justifica. De acordo com o Ministério da Saúde, mais de 40 mil pessoas morrem a cada ano no Brasil em razão de acidentes de trânsito. Esta é a Semana Nacional de Trânsito.

A isenção de impostos para compra de capacetes e roupas de proteção para motociclistas é uma das propostas em tramitação no Senado. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 344/2016, do senador Otto Alencar (PSD-BA), prevê alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Cofins na importação e na receita bruta de venda do vestuário no mercado interno.

Joelheiras

O projeto de Otto está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Compõem o vestuário de



Pedro Franco/Agência Senado

As motocicletas estão envolvidas em mais da metade das hospitalizações decorrentes de acidentes de trânsito, o que eleva os gastos do Sistema Único de Saúde

proteção as luvas, as botas e o macacão, que pode ser substituído por calça com jaqueta. A proposta prevê entre esses itens também as caneleiras, as cotoveleiras e as joelheiras.

O projeto limita a cinco anos a vigência do benefício fiscal. O propósito é reduzir, entre os anos de 2017 a 2021, o preço pago pelos motociclistas, os consumidores finais.

Otto citou dados do Minis-

tério da Saúde que apontam que quase 30% das mortes ocorridas no trânsito brasileiro envolvem colisões com motocicletas.

Hospitalização

Em 2013, segundo o Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), foram registradas quase 170 mil internações por acidentes no trânsito, sendo as motocicletas as responsá-

veis por mais da metade delas (52%) — um crescimento de 114% em cinco anos.

Os gastos do SUS com acidentes de motocicletas somaram R\$ 112,9 milhões — uma fatia de mais de 49% do total investido pelo poder público para tratar sequelas de acidentes.

De acordo com o senador, a explicação para esses números está no menor grau de proteção que a moto oferece, já que, em caso de acidente, o condutor fica totalmente exposto a situações de perigo, como quedas e atropelamentos por outros veículos.

— Estamos seguros de que a perda de recursos direcionados à saúde e à previdência ocasionada por esse projeto de lei será compensada, com folga, pela redução das despesas com atendimentos hospitalares e com aposentadorias por invalidez arcadas pelo SUS e pelo INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] em função da maior proteção proporcionada aos motociclistas pelo projeto — argumenta Otto Alencar.

Animais

Outra proposta em estudo no Senado altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatória a identificação de veículos que transportam animais com interesse econômico.

O projeto, redigido pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC), visa facilitar a atuação das autoridades de trânsito, sanitárias e tributárias competentes.

De acordo com o PLS 336/2016, a identificação dos veículos deve ser feita com faixas de material reflexivo contendo a inscrição “carga viva” em ambas as laterais. A

lei deve entrar em vigor 180 dias após a sua publicação.

Bauer ressalta que é comum que transportadores de cargas vivas não caracterizem adequadamente seu veículo. Ele argumenta que o transporte de cargas vivas demanda cuidados considerando os riscos à saúde dos animais, dos agentes transportadores e de qualquer pessoa em proximidade física durante o transporte.

Campanha educativa

Uma segunda preocupação do senador é o fato de serem cargas móveis que exigem cuidados especiais para acomodação e movimentação, pois envolvem riscos tanto de acidentes de trânsito quanto de acidentes de trabalho para os profissionais envolvidos.

Além disso, acrescenta Bauer, cargas vivas são um tipo de mercadoria que atrai interesse das autoridades tributárias.

A retenção do veículo para regularização também é aplicável como medida administrativa, de acordo com o projeto.

Neste ano, o tema da Semana Nacional de Trânsito, que é coordenada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), é “Eu sou + 1 por um trânsito + seguro”. A iniciativa faz parte da Década Mundial de Ações para a Segurança no Trânsito.

De acordo com o Denatran, numa evolução em relação a campanhas dos anos anteriores, a ideia agora é mostrar que o “ator do trânsito deve ser tratado como alguém que tem o poder de decidir o seu destino e que é o responsável pelas próprias ações e sofrerá as consequências de suas escolhas”.

Projeto de lei troca suspensão da habilitação por multa

Outro projeto de lei em análise no Senado permite que motoristas profissionais, como os taxistas, possam pagar uma multa ao atingir 20 pontos na carteira de habilitação em vez de perder temporariamente o direito de dirigir.

O PLS 334/2016, que passará por votação na CCJ, foi apresentado pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

A proposta estabelece que os motoristas profissionais possam pagar uma multa de R\$ 2 mil quando for atingido o limite de pontos.

Os condutores que exercem atividade remunerada em veículo habilitado na categoria B, como os taxistas, são incluídos pelo projeto entre os que são considerados motoristas profissionais. Atualmente, essa classificação só se aplica àqueles habilitados nas categorias C, D e E. Dessa forma, eles também poderão pagar multa para não ter suspenso o direito de dirigir.

Os motoristas beneficiados pelo projeto deverão participar de curso preventivo de reciclagem sempre que alcançarem 14 pontos de multa no intervalo de

12 meses. O pagamento da multa, conforme o projeto, não elimina a necessidade de frequentar o curso.

De acordo com o Código de Trânsito, a suspensão do direito de dirigir deverá ter duração mínima de um mês e máxima de um ano e, no caso de reincidência no período de 12 meses, pelo prazo mínimo de seis meses e pelo prazo máximo de dois anos, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Eduardo Lopes argumenta que os motoristas profissionais devem receber um tratamento diferenciado porque, sem a habilitação, ficam impedidos de trabalhar. Ele lembra ainda que o direito ao trabalho é assegurado pela Constituição.

Fiscalização

Os senadores também analisam um projeto que facilita a fiscalização de trânsito, deixando-a menos burocrática e mais eficaz. A iniciativa é do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que apresentou o PLS 335/2016 para acabar com o conflito de competência entre os órgãos que atuam

na fiscalização de trânsito no âmbito estadual. O projeto aguarda a apresentação de emendas na CCJ.

O projeto permite que os Departamentos de Estradas de Rodagem (DERs) possam delegar aos Departamentos de Trânsito (Detrans) competências como fiscalização, aplicação de multas e arrecadação. Com a possibilidade de delegação, o projeto pretende que não haja dois órgãos estaduais realizando a mesma atividade na circunscrição.

Na opinião do senador, as vantagens da proposta são evidentes. Em vez de diluir os esforços de fiscalização em duas entidades distintas, os governos poderão concentrá-las em apenas um órgão, que poderá se valer de mais recursos para melhor desempenhar seus deveres.

O autor observa que muitos dos acidentes mais graves das rodovias estaduais decorrem da falta de capacidade de fiscalização do trânsito. Ele ainda cita que seu estado, o Pará, já trabalha de forma positiva com esse tipo de delegação desde o ano 2000.

Papel de prefeitos é garantir serviços básicos

Novos prefeitos enfrentarão queda nas receitas decorrentes de arrecadação, por causa da crise econômica, e orçamento comprometido com pagamento de salário de servidores

lara Altafin

A ELEIÇÃO MUNICIPAL pode não ocupar nos noticiários do país o mesmo espaço dado às disputas pela Presidência da República ou por uma vaga no Senado, mas ganha a dianteira em relevância quando o foco é o cotidiano do cidadão.

Caberá a prefeitos e vereadores que serão eleitos no próximo dia 2 de outubro garantir a prestação de serviços públicos aos habitantes de

5.568 municípios brasileiros, o que inclui oferta de creches e escolas de ensino fundamental, serviços de saúde e também saneamento básico, abastecimento de água, transporte urbano, limpeza pública e pavimentação de ruas, entre outras atribuições.

O desafio, no entanto, será conseguir executar todas essas tarefas em meio a uma acentuada queda de receitas, especialmente nas transferências de recursos pelos

estados e pela União para os municípios, e ao comprometimento do orçamento com o pagamento de salários de servidores das prefeituras.

Para o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, é insustentável o desequilíbrio na distribuição de tributos, quase todos arrecadados nas cidades, mas que acabam retidos pelos governos estaduais e pela União.

— Os municípios estão dila-

cerados e a proposta de contenção de gastos do governo federal ajuda a enterrar ainda mais as prefeituras — protesta o líder municipalista.

Realidade local

Aos cerca de 144 milhões de eleitores brasileiros, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), caberá atenção na escolha de candidatos mais bem preparados e, principalmente, no acompanhamento e na fiscalização da ação do

prefeito e dos vereadores eleitos, que na esfera local representarão os brasileiros até 2020.

Senadores que já enfrentaram o desafio de chefiar uma prefeitura, como Simone Tebet (PMDB-MS) e Fernando Bezerra (PSB-PE), recomendam aos eleitores que busquem entre os candidatos aqueles com maior conhecimento da realidade local e com propostas concretas para solucionar os problemas do dia a dia.

Números da eleição de outubro

Eleitores



48% homens



52% mulheres

Prefeitos



87% homens



13% mulheres

Vereadores



67% homens



33% mulheres

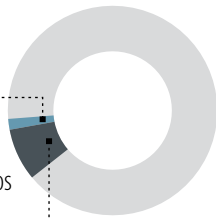
Voto facultativo



Eleitores entre 16 e 18 anos
2,3 milhões — 1,6%



Eleitores com mais de 70 anos
11,3 milhões — 7,8%

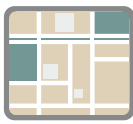


Atribuições do prefeito



Executar políticas públicas municipais: creches e escolas de ensino fundamental, serviços de atendimento à saúde, habitação, saneamento básico, transporte público, iluminação, limpeza pública

Promover o adequado ordenamento territorial



Proteger o patrimônio histórico-cultural do município



Construir e manter espaços de uso comunitário, como praças e parques

Relação prefeitura-câmara de vereadores



LOA Apresentação, pela prefeitura, do projeto de lei orçamentária anual do município, que é submetida à aprovação dos vereadores

Prestação de contas pela prefeitura e fiscalização pela câmara municipal



Negociações em torno de leis locais, como ocupação do território, por exemplo

As contas apresentadas pelo prefeito são julgadas pela câmara de vereadores, que tem, para essa tarefa, o apoio do Tribunal de Contas do estado. (A Constituição federal veda a criação de tribunais de contas nos municípios e apenas as cidades São Paulo e do Rio de Janeiro contam com Cortes de Contas municipais, que já existiam quando da aprovação da Constituição)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Segundo turno



98,3% (5.476)

das cidades têm menos de 200 mil eleitores, portanto, apenas um turno de votação para prefeito



1,7% (92)

das cidades tem mais de 200 mil eleitores, portanto, podem ter dois turnos de votação

Atribuições dos vereadores

Elaborar leis de abrangência municipal



Fiscalizar o Executivo municipal



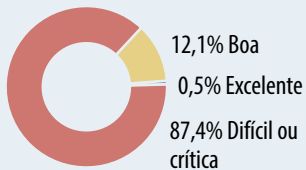
Fontes de financiamento dos municípios

- ✓ Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- ✓ Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos (ITBI)
- ✓ Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
- ✓ Fundo de Participação dos Municípios: 24,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados
- ✓ 50% do Imposto Territorial Rural (ITR), arrecadado pela União
- ✓ 50% do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), arrecadado pelo estado
- ✓ Parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelo estado (25% da receita total do ICMS é dividida entre todos os municípios de um mesmo estado)
- ✓ 25% de 29% da arrecadação da CIDE-Combustíveis
- ✓ Contribuições de Melhoria
- ✓ Receitas patrimoniais
- ✓ Taxas de serviços



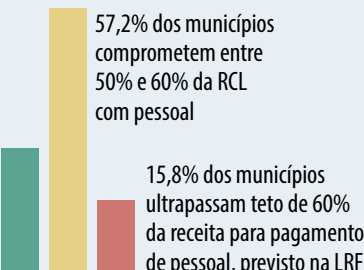
Na aplicação desses recursos, o prefeito deve obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e à lei orçamentária anual do município, proposta pela prefeitura e aprovada pelos vereadores

Situação fiscal dos municípios



Gasto com pessoal

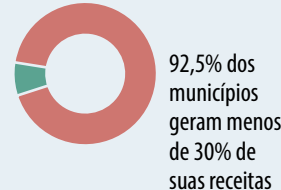
27% dos municípios comprometem menos de 50% da RCL com pessoal



Dívida previdenciária

R\$ 100 bilhões é a soma da dívida com a Previdência Social de mais de cinco mil municípios

Geração de receitas



Outras dificuldades na gestão das prefeituras

Educação

Recursos insuficientes para o pagamento do piso do magistério, para manter as frotas de transporte e para fornecimento de merenda



Desemprego

Crescimento do número de desempregados, com impacto direto no aumento da violência



Limpeza urbana

Problemas para manter a coleta de lixo e cumprir a Lei de Resíduos Sólidos



Drogas

Avanço do tráfico e dependência dos governos estaduais para enfrentar o problema, pois a força policial é atribuição dos estados



Saúde

Falta de medicamentos, de médicos e profissionais da área, falta de equipamentos e ambulâncias, fechamento de postos de saúde



Saiba mais

Vídeo: a importância das eleições <http://bit.ly/eileioesimportancia>

Vídeo: entrevista de Simone Tebet <http://bit.ly/eileicoessimone>

Vídeo: entrevista de Lídice da Mata <http://bit.ly/eileicoeslidice>

Vídeo: entrevista de Fernando Bezerra <http://bit.ly/eileicoesbezerra>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania